



## “Sobrevivendo no Inferno”: o racismo no Brasil por Lélia Gonzalez e os Racionais MC's

“Surviving in Hell”: racism in Brazil by Lélia Gonzalez and the Racionais MC's

Erica Paula de Vasconcelos dos Santos

Mestrado em Relações Internacionais (2022 – Atual) pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana, <https://orcid.org/0000-0003-1261-2912>, [vasconcelos.ericapaula@gmail.com](mailto:vasconcelos.ericapaula@gmail.com)

Recebido em: 09/03/2023 / Aceito em: 10/08/2023

DOI: 10.12660/rm.v15n24.2023.88887

### Resumo

O presente artigo pretende analisar o álbum musical *Sobrevivendo no Inferno* (1997) do grupo Racionais MC's, sendo uma das grandes obras-primas da música popular brasileira, apontando os principais pontos de convergência com os termos sociológicos *verneinung* e *amefricanidade* apontados Lélia Gonzalez. Para promover uma discussão sobre a raça como um dispositivo recriado por entrevistas do passado e do presente e o racismo legitimado contra os corpos negros, bem como, suas raízes na atual da sociedade brasileira. Para tanto, foi utilizada como principal base teórica: Lélia Gonzalez (2021), Racionais MC's (2018), Beatriz Nascimento (2016), Achille Mbembe (2018) e Du Bois (1925).

**Palavras-chave:** Racismo. Raça. Racionais MC's. Corpos negros. Amefricanidade.

### Abstract

This article intends to analyze the musical album *Sobrevivendo no Inferno* (1997) by the group Racionais MC's, one of the great masterpieces of Brazilian popular music, pointing out the main points of convergence with the sociological terms *verneinung* and *amefricanidade* pointed out by Lélia Gonzalez. To promote a discussion about race as a device recreated by past and present intermissions and legitimized racism against black bodies, as well as its roots in the current Brazilian society. For that, it was used as the main theoretical basis: Lélia Gonzalez (2021), Racionais MC's (2018), Beatriz Nascimento (2016), Achille Mbembe (2018) and Du Bois (1925).

**Keywords:** Racism. Race. Racionais MC's. Black bodies. Amefricanity.

*“Eu estou vestido com as roupas e as armas de Jorge. Para que meus inimigos tenham pés e não me alcancem. Para que meus inimigos tenham mãos, e não me toquem. Para que meus inimigos tenham olhos, e não me vejam. E nem mesmo um pensamento eles possam ter, para me fazerem mal”*

(Jorge da Capadócia, Racionais MC's, 1997)

## **Introdução**

O racismo tem sido um grande problema no Brasil, principalmente por ser herança da colonização na era escravocrata, o que legou aos negros o lugar mais desumano e a continuidade do trato vil, sujo, imoral e violento da população negra que continua a se esparramar para o resto da humanidade. Com o fim do milênio, o racismo se recria e se forma em moldes diferentes e continua operacionalizando, tanto no sistema internacional, através da globalização, extrativismo e a própria posição de Sul-global que a América Latina ocupa. Como na esfera doméstica, através do caos urbano no Brasil, na repressão policial com chacinas nas periferias, holocausto penitenciário e a conservação do neoliberalismo. Conseqüentemente, o racismo se torna elemento principal em todas as questões, teóricas, disciplinares, políticas, econômicas, interculturais para pensar o internacional e o nacional.

Dessa forma, o presente artigo objetiva apontar as músicas do álbum *Sobrevivendo no Inferno* (1997) dos Racionais MC's que está em consonância com as perspectivas de Lélia Gonzalez como instrumentos de protestos político e potência de resistência contra o racismo no Brasil. Para tal, o artigo está estruturado em duas sessões. Na primeira sessão, será apontada a crítica contra o passado colonial do Brasil, ressaltando o racismo a partir das concepções de inferioridades da raça impostas pela Europa, ressaltando a operacionalização deste no âmbito internacional e implementado no nacional através da escravidão negra e como os resquícios desse período, continua nos moldes atuais e como nessas encruzilhadas surge os Racionais MC's. Na segunda sessão, será colocada em práxis as expressividades negras através desse grupo de rap e dos escritos de Lélia Gonzalez entre os termos sociológicos *verneinung* e *da amefricanidade* como forma de protestos e instrumento político que estabelece a unidade entre ética e estética, política e cultura, resistência e existência para enfraquecimento dos racistas e aniquilação do racismo.

Ambos, promovendo uma discussão sobre o racismo legitimado contra os corpos negros com raízes na atual sociedade brasileira, que nasce da crise vivida, concreta e real, tendo como grande substrato a memória da escravidão e o enfrentamento, agindo como uma arte enraizada e produzida pela luta por uma nova humanidade, pois, denotam que a democracia racial é mitológica, que está presente no imaginário da população sob a ideia de que o Brasil não é um país racista, dificultando o processo de luta antirracista. As perspectivas presentes neste artigo contribuem com o debate de que os processos gerados pelo racismo devem ser analisados de forma multidimensional, demonstrando a viabilização de outros horizontes emancipatórios e incluídos e não hierarquizados.

***Sobrevivendo no inferno: o racismo no Brasil chegou pelas rotas marítimas do atlântico negro com as caravelas portuguesas.***

*“O ser humano é descartável no Brasil, como Modess usado ou Bombril. Cadeia guarda o que o sistema não quis. Esconde o que a novela não diz. Ratátá, caviar e champanhe...”  
(DIÁRIO de um detento, 1997).*

O maior problema atual do Brasil, não resolvido e não reconhecido como tal, é o racismo. Ele surge através das concepções de inferioridades raciais, que foram utilizadas pela Europa para operacionalização do mercantilismo entre as relações internacionais desde 1492, que se desenvolveu nas rotas comerciais no mar atlântico, através da escravidão dos povos negros sendo administrada entre Portugal, Espanha e Inglaterra (BEZERRA, *et al.* 2018). Esse comércio chega ao Brasil pelos navios negreiros carregados de escravizados e escravizadas, açúcar, algodão e tabaco, liderados por portugueses de um lado e do outro a União Ibérica, organizada pelos espanhóis no território brasileiro, alargando as fronteiras para as regiões dos sertões, buscando terras e escravizando também os nativos (IBGE, 2018).

De fato, tanto a população, quanto a estrutura social brasileira é formada a partir desses fatos, o que nos faz questionar se as narrativas oficiais da “Nova República”, que poderiam começar no dia 5 de outubro de 1988, sendo esta a mesma data de promulgação da Constituição de 1988, que foi instituída a favor da democracia, cidadania, garantias dos direitos fundamentais, seria para esses negros, negras e indígenas que estavam no Brasil como escravos (QUEIROZ ;

CAVALCANTE, 2022). Com o tempo, em 3 de maio de 1888, a princesa Isabel de Orleans abre o ano parlamentar com um discurso que pede o fim da escravatura, em 8 de maio o ministro da Agricultura, Rodrigo Augusto da Silva, envia o projeto de abolição da escravatura ao Parlamento e no dia 10 de maio, o texto é aprovado pela Câmara dos Deputados, o que fez a Lei ser sancionada pela princesa (QUEIROZ; CAVALCANTE, 2022). Porém, mesmo com “o fim da escravidão” o Brasil segue com cenários de terror, com o massacre do Carandiru, 23 de julho de 1993, chacina da Candelária e 29 de agosto de 1993 e com a chacina de Vigário Geral, que na música Diário de um detento os Racionais parafraseia “Cachorros assassinos, gás lacrimogêneo, quem mata mais ladrão ganha medalha de prêmio” (DIÁRIO de um detento, 1997; QUEIROZ; CAVALCANTE, 2022).

Enquanto se dava a criação do livrinho verde e amarelo, tão atualmente esfacelado, acontecia no sistema carcerário os corpos empilhados e rios de sangue, desigualdades sociais e as mortes dos corpos negros que representava a permanência da violência nos bastidores da nossa “democracia”. A elite branca com opiniões e aplausos da truculência policial nessas tragédias, enquanto a periferia compreendia que essas ações representavam um padrão estatal, que ia se tornando cada vez mais normalizado ao longo dos anos (FREITAS JR, 2017; QUEIROZ; CAVALCANTE, 2022). De fato, não podemos considerar que estes fatos aconteceram no vazio do acaso, pois, eles estão ligados com os resquícios deixados pelo período colonial na era do “descobrimento” na estrutura governamental do Brasil.

Essa estrutura racista, ensina aos negros e negras que viver no Brasil é sobreviver no inferno, que demarca conscientemente na população, que o corpo negro é objeto descartável, por possuir traços físicos nos africanos trazidos para o Brasil sob a condição de escravizado (MBEMBE, 2018). Nessa sociedade, nascemos e vivemos em um sistema político-social de racismo, desigualdades e de necropolíticas, isso significa dizer que o Estado cria políticas de morte, que decide como e quando os negros e negras periféricos marginalizados devem morrer (MBEMBE, 2018). Seja pela exploração da mão de obra, fome, violência, falta de vagas no Sistema Único de Saúde (SUS), ou a violência policial nas favelas (MBEMBE, 2018). O que faz o racismo no Brasil ser perverso e com vários formatos, como crimes ordenados, como ocorreu com a parlamentar negra Marielle Franco em 2018 no Rio de Janeiro. “Mesmo com uma longa investigação a polícia até agora não esclareceu por que houve o crime e quem mandou matar. “Quem mandou matar Marielle”? (CALVI, 2020, p. 8).

Em forma de violência institucional através da violência policial, como foi o caso de George Floyd, sufocado até a morte, enquanto falava "não consigo respirar" (WELLE, 2020). Ou por ser morador de periferia, podendo ter o guarda-chuva confundido com um fuzil e ser alvejado por vários tiros por policiais, como ocorreu com Rodrigo Alexandre Serrano, a caminho do trabalho (PONTE, 2018). Apesar destes fatos e óbitos, o Estado brasileiro continua negando o racismo ou criando campanhas vazias contra as desigualdades nas mídias, enquanto nos parlamentos aprovam projetos genocida contra a população negra (CALVI, 2020).

Quando apontamos tais problemáticas sobre o racismo, o ideal é que entendamos que o racismo não surge aleatoriamente no Brasil, ele chega com as caravelas portuguesas através das rotas no oceano atlântico nos navios negreiros, o que o torna de origem internacional. O que não torna menos verdadeira a afirmação de que o racismo parte da ideia de que existe uma raça superior, a branca, considerada melhor no que se refere aos aspectos físico, intelectual e estético. Dispondo, desse modo, de privilégios e poder, em relação às raças que fogem do padrão “branco”, como negros e índios (RAMOS; GARCIA, 1949; ALMEIDA, 2020).

Apesar disso, devemos ressaltar também, que através dessa diferenciação racial, que começou a ser usado pelos franceses, esse conceito de raça transposto do discurso biológico, colocado para compreender diferenças de poder e posições de classes (SANTOS, 2021). Tal processo se possibilitou a dominação e sujeição nas relações sem, até o momento, evidenciar diferenças morfológicas (SANTOS, 2021). O uso da noção biológica de raça, também, inaugura-se explicação do outro se resumia às vertentes teológicas, que no momento obtinham monopólio da razão e das explicações (MUNANGA, 2004; RAMANZINI; SANTOS, 2021).

Dessa forma, instaura-se em projeto econômico e se desenvolve através da escravidão negra, sendo necessário legitimar o sentido de raça através do campo teórico, sustentada nas relações internacionais através da teoria social do darwinismo. Estas justificaram a dominação colonial por sujeitos brancos afirmando serem mais fortes, (CHAKRABARTY, 2008) através da concepção baseada em dogmatismos religiosos que defendia a superioridade da raça branca, dando respaldo para a coexistência de políticas de dominação racial (CHAKRABARTY, 2008). Visto que é dessas relações inter-raciais que surge o campo de análise das relações internacionais (HENDERSON, 2013), com as práticas coloniais para manutenção das interações que traziam para os Estados europeus ganhos extremos sobre a



dominação das raças não europeias, sendo o sistema escravocrata uma delas (HENDERSON, 2013).

Como exemplifica o autor Du Bois, sobre a Primeira Guerra Mundial, apontando-a como resultado direto da disputa por aquisições coloniais, que se fundiram nos interesses da burguesia europeia em busca de um reforço da manutenção da dominação racista e econômica nos continentes africanos e asiáticos (DU BOIS, 1999). Dessa forma, o autor destaca o conceito de *global color line*, ou seja, o imperialismo colonial europeu formou uma linha de cor no sistema global que cristaliza o racismo e a dominação de uma raça sobre a outra. (DU BOIS, 1999)

Mesmo com esforços contidos nos estudos sobre raça de Franz Boas (1858-1942) dando um novo conceito de raça longe da questão biológica, rejeitando a hierarquia de culturas, ao afirmar que as culturas refletem as crenças das populações, assim como valores e práticas que devem ser analisados dentro dos seus termos e não em razão de hierarquia (BOAS, 2005; AGUIAR, 2007). Sua redefinição que fez com que as organizações internacionais institucionalizassem o discurso, por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e pela Declaração “A Questão da Raça” da Unesco (1950), que na sua publicação condena os danos humanos causados pelo mito da raça biológica (BOAS, 2005; THOMPSON, 2015). Mesmo assim, a raça continuou sendo base para o racismo e escravização dos não europeus.

Web Du Bois (1999), também aponta na obra “*As Almas do Povo Negro*”, as questões do século XX, como racismo, genocídio, exploração, desigualdades, como sendo problemas da linha de cor global. Em que, as relações entre as raças de homens mais escuros com os mais claros, resultou na disputa por domínio na Ásia, África, América e nas ilhas dos mares. Por isso, mesmo que lutemos pelo norte ou pelo sul, todos devemos lembrar das questões da escravidão dos negros (DU BOIS, 1999). Racismo continuou sendo usado para sustentar a escravidão dos de cor, ou seja, dos não europeus, financiou o desenvolvimento do império europeu, com a criação do capitalismo industrial e da Europa enquanto nova ordem de poder.

Em “*Worlds of color*”, Du Bois (1925, p. 416), propõe que a estrutura global, deve ser repensada em relação à “escura sombra colonial” lançada pelos impérios europeus. Du Bois, apontando também que o imperialismo moderno usa uma “face democrática”, na esfera doméstica, e uma “autocracia severa e inflexível” na esfera internacional (DU BOIS, 1925). A escura sombra colonial está na face democrática no âmbito doméstico, representa a violência na estrutura das antigas colônias, tornando

as características humanas de base biológica (os chamados fenótipos), símbolos de conflitos de interesses sócio-políticos em referência a diferentes tipos de corpos humanos” (OMI; WINANT, 1994).

Os autores, nos fazem refletir que o racismo foi planejado para ordenar o Brasil e operacionalizado pela minoria da elite brasileira, que se superioriza por possuírem características dos antigos colonos. Ele começou no sistema internacional através dos discursos e teorias de inferiorização das raças, fixando suas narrativas em todos os lugares, contextos, simbioses, estruturas e legislações. (DU BOIS, 1925; OMI; WINANT, 1994; ANIEVAS; MANCHANDA; SHILLIAM, 2015).

É implementado na genética brasileira, ao ponto de ser inacabável e inseparável da nação, fazendo com que denúncias e atos de militância, sejam feitas através do rap de negros e negras brasileiros, pois, como afirma Paul Gilroy (2001):

(...) às expressividades negras podem ser entendidas como teoria social, um discurso filosófico que estabelece a unidade entre ética e estética, política e cultura. Nelas, a crítica, em geral, nasce da crise vivida, concreta e real, tendo como grande substrato a memória da escravidão e o enfrentamento ao racismo. Ademais, a expressão artística não é mero substituto simbólico para o reconhecimento de um presente adverso, mas atua na automodelagem individual (cuidado e reinvenção de si) e na libertação comunal. (GILROY, 2001, p. 27)

Achille Mbembe também atesta que o rap “é arte enraizada na imaginação produzida pela luta por uma nova humanidade, num imenso esforço criativo sobre objetos formais e linguagens” (MBEMBE, 2018, p. 12). Por isso, através desta, o subalterno não só volta a respirar, com a mente e o corpo em festa, mas também reverte a história e estiliza as sedimentações epistêmicas do dominador (QUEIROZ e CAVALCANTE, 2022). Reúnem-se, em um único movimento, a crítica do mundo e o ato de transcendência – de superação da realidade posta, como autobiografias, manipulação da língua falada (o pretuguês), de Lélia Gonzalez (1982).

Dessa forma, nas encruzilhadas das favelas, o álbum *Sobrevivendo no inferno* do grupo Racionais MC's, surge, se tornando em 1997 um dos mais importantes grupos do cenário hip-hop nacional, descreve como é sobreviver no Brasil, em específico nas favelas das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo sendo negro, periférico e pobre (RACIONAIS, 2018). O grupo se formou em 1988 a partir do encontro entre Paulo Eduardo Salvador (Ice Blue) e Pedro Paulo Soares Pereira (Mano Brown), moradores do extremo sul de São Paulo, com Edivaldo Pereira Alves

(Edi Rock) e Kleber Geraldo Lelis Simões (KL Jay) moradores da Zona Norte. (RACIONAIS, 2018)

Progressivamente, *Sobrevivendo no inferno* ficou reconhecido como uma das grandes obras-primas da música popular brasileira, que retrata o cotidiano dos negros e negras que vivem nas periferias. Tendo impacto em vários segmentos artísticos, como a literatura, teatro, cinema e a televisão, tornando o grupo uma espécie de vetor para as mais diversas produções artísticas da periferia (RACIONAIS, 2018). Das músicas que compõem o álbum, estão: *Mágico de Oz*, *Jorge da Capadócia*, *Gênesis*, *Qual Mentira vou Acreditar*, *Tô Ouvindo Alguém Me Chama*, *Diário de um Detento*, *Fórmula Mágica da Paz*, *Periferia é periferia*, e *Capítulo 4 versículo 3*.

Em capítulo 4 versículo 3, por exemplo, um dos trechos desta música é formulada em crítica contra a violência policial contra os negros, a falta de políticas públicas educacionais para os periféricos e os desafios enfrentados pelos periféricos que sobrevivem a cada dia:

60% dos jovens de periferia, sem antecedentes criminais, já sofreram violência policial. A cada 4 pessoas mortas pela polícia, 3 são negras. Nas universidades brasileiras, apenas 2% dos alunos são negros. A cada 4 horas, um jovem negro morre violentamente em São Paulo. Aqui quem fala é Primo Preto, mais um sobrevivente. (CAPÍTULO 4, versículo 3, 1997)

Neste trecho, também denotamos atravessamentos como o genocídio do negro, os altos números dos negros detidos no sistema carcerário, a violência nas periferias pelo tráfico de drogas, os altos índices da população negra desempregada, a luta travada pelas mães negras solteiras para sustentar seus filhos (RACIONAIS, 2018). Além de descrever os dois piores massacres, um ocorrido em 2 de outubro de 1992, o massacre do Carandiru, com a intervenção assassina da Polícia Militar do Estado de São Paulo, que resultou na morte de pelo menos cento e onze detentos, a maioria composta de réus primários, sem nenhuma chance de defesa (RACIONAIS, 2018).

Extermínio que até hoje não foi reconhecido pelo Estado, nos documentos oficiais tratam o episódio como “rebelião” do Pavilhão (RACIONAIS, 2018). O outro ocorreu em 23 de julho de 1993, quatro policiais militares dispararam contra cerca de cinquenta crianças e adolescentes em situação de rua que dormiam nas escadarias da igreja da Candelária, no Rio de Janeiro, deixando oito mortos e dezenas de feridos, num episódio que ficou conhecido como chacina da Candelária. (RACIONAIS, 2018)



De um lado, através das rimas e ritmos, os Racionais denunciavam o racismo, desigualdades, sistema carcerário, genocídio e chacinas na face democrática brasileira. Do outro, nos congressos, universidades e espaços políticos, a autora Lélia Gonzalez confrontava a escura sombra colonial na sociedade e no sistema político brasileiro, a negação do racismo e a igualdade para povos negros e indígenas. Uma das críticas mais conhecidas da autora foi contra o racismo, negado, como ela expressou: “racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus”. (GONZALEZ, 2021, p. 69)

“Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto” (GONZALEZ, 2021, p. 69). Dessa forma, a autora nomeia esta estrutura negacionista brasileira de “racismo à brasileira”, afirmando ser defendido pela elite branca brasileira e proclamado pelo negro denegado. O que impossibilita o rompimento do racismo, o fato das pessoas brancas não reconhecerem a condição colonial da sociedade brasileira, além da forte valorização das origens europeias. (GONZALEZ, 2021)

Na música, “*A vida é um desafio*” (2002), os Racionais M’c relacionam essa negação como reflexo da atualidade, pois, no mundo moderno, as pessoas priorizam a posição social e a riqueza do que igualdade, elas se calam, se pisam, se traem, se matam” (A VIDA é um desafio, 2002). No mesmo sentido, Cida Bento chama essa negação entre os brancos de “pacto narcísico” (2022), no qual a branquitude é a mola mestra de um campo autorreferenciado e ensimesmado, pautado pelo beija-mão teórico e o tapinha no ombro metodológico (BENTO, 2022).

Para Beatriz Nascimento, o racismo é “tratado como velado ou mesmo inexistente, porque no Brasil, ele se mostra como uma sofisticada rede de pensamentos e ações, que varia para determinados contextos” (NASCIMENTO, 2006, p. 47). Essa rede de alicerçar a denegação da latinidade e sustentar o racismo contra negros e indígenas, sendo “estigmatizados como” os outros”, “os bárbaros” ou como dito no vocabulário contemporâneo, “os bandidos” e até “os invasores”, mesmo que o termo seja usado em referência ao povo nativo”. (GONZALEZ, 1988, p. 73)

**“500 anos de Brasil e o Brasil aqui nada mudou”: Somos os negros ladinos-amefricanos vivendo o drama do passado no presente**

As críticas feitas pelos Racionais MC's, ultrapassam mais do que simples interpretações da literatura, elas têm como principal pressuposto a compreensão da cromaticidade do mundo, dos vínculos entre epidermização da vida e destino racial, desencadeando um completo rompimento político e afetivo com o paradigma da democracia racial (QUEIROZ; CAVALCANTE, 2022). Apesar de alguns "sociólogos" preferirem ser imparciais, ligando os problemas sociais envolvendo as questões raciais com o fator financeiro, estas músicas mostram que o negro e o branco pobre vivem realidades sociais diferentes” (QUEIROZ; CAVALCANTE, 2022).

O que denota que o letramento racial utilizado pelo grupo está em consonância com alguns pontos elaborados por intelectuais de movimentos negros em outros espaços de disputa política. Dentro desse contexto, estão as abordagens que podem ser explicadas a partir de três instâncias: a raça como um dispositivo recriado por entrevistas do passado e do presente falado por Beatriz Nascimento (2006), o devir do negro por Achille Mbembe (2018) e a denegação do ladino-amefricanos sendo o rompimento a amefricanidade, apresentado por Lélia Gonzalez (2021). Começando pela instância da raça enquanto dispositivo do passado e do presente, explorada pela autora Beatriz Nascimento na sua autobiografia publicada na coletânea intitulada *“Fala, Crioulo. O que é ser negro no Brasil”* (1982).

Beatriz Nascimento (2006), destrincha sobre como é operacionalizado os mecanismos racistas no cotidiano, principalmente nas relações interpessoais, na vida profissional e na acadêmica. Dessa forma, ela via a pessoa negra como uma totalidade composta pelo passado e presente, mente e corpo, como destacado por ela:

Observando bem, a gente chega numa conclusão que vive numa sociedade dupla ou tripla. Enquanto ela impõe na sua cabeça que é uma sociedade branca, que o seu comportamento tem que ser padronizado segundo os ditames brancos, você como preto se anula, passa a viver outra vida, flutua sem uma base onde possa pousar, sem referência e sem parâmetro do que deveria ser a sua forma peculiar. (NASCIMENTO, 2006, p. 96)

Ou seja, essa “vida dupla”, têm dimensões subsumidas ou aflora, pelo racismo ser uma experiência que retira o sujeito de si, anulando-o em vida, segue o indivíduo negro desde a infância (NASCIMENTO, 2006). conforme evidenciado na música *“Negro Drama”*, na estrofe “Luz, câmera e ação. “Gravando a cena vai. O bastardo,

mais um filho pardo, sem pai. Hei, senhor de engenho, eu sei bem o que você é. Sozinho, cê num aguenta”, cantada por Mano Brown (NEGRO DRAMA, 2002). Letra que não só assume o racismo como dado da formação social brasileira, mas também, menciona que o pardo emerge de um sistema violento colonial, descrito como o negro crítico e autoconsciente descrito (QUEIROZ; CAVALCANTE, 2022).

Afirmações que nos fazem lembrar sobre o contexto histórico dos movimentos eugenistas no Brasil, como apontado por Souza (2008), de que a eugenia tinha a intenção descrita como positiva, já que se pretendia “desempenhar um papel importante no processo de construção de uma ‘outra’ realidade nacional, o que os possibilitaria agir no sentido de retirar o país do apregoadado atraso civilizacional” (SOUZA, 2008, p. 147). A retirada desse atraso ocorreu em duas formas, a primeira foi através da sexualidade, sendo esta, o fio condutor da gestão eugênica.

Até porque a regulação das relações sexuais, a escolha de parceiros e, por consequência, a procriação, constituem a base a partir da qual a coletividade, enquanto espécie, é construída (FOUCAULT, 2001). A segunda forma estava na justificativa no atraso civilizacional, para isso foi necessário buscar estrangeiros “de raça branca, brancos da Europa para limpar a raça brasileira, para isso, os povos negros e indígenas, deveriam desaparecer desta parte da América” (LACERDA, 1911, p. 14). Ou seja, a eugenia foi incorporada aos projetos políticos e científicos que almejam produzir uma ampla reforma social, justificando que sua função era de melhorar o aspecto físico, moral e mental da “raça nacional do Brasil”. (SOUZA, 2008)

A crítica do pardo bastardo, mencionado pelos Racionais M’c, também está ligada com este período, em que muitas mulheres negras e indígenas foram estupradas por colonos, dessa violência corporal nasciam filhos considerados mestiços bastardos, graças à concepção da raça pura e dos não raceados. Em *Towards Corporeal Cosmopolitanism*, a autora Anjana Raghavan (2017, p. 194), descreve sobre o estupro contra as escravizadas e os abortos, “as parteiras usavam seus conhecimentos para realizar abortos como protesto contra o estupro e a criação de mais escravos, sendo este uma forma proteção contra a ‘colonização corporal’ das negras africanas” (RAGHAVAN, 2017). Enquanto o estupro, é considerado uma violência de dominação corporal e símbolo do controle misógino, se tornou uma das armas mais brutais do colonizador masculino (RAGHAVAN, 2017; MEHTA, 2009; LORDE, 1984). Por isso, a autora trata o negro como um dispositivo atravessado pelo passado e pelo presente, pois a todo o momento o passado que o negro foi o

escravizado, o dominado e o submisso se atualiza na sociedade brasileira por outros mecanismos sociais.

Por outro lado, este ponto nem sempre é aceito, principalmente pela população negra brasileira, o que nos direciona para a segunda instância da denegação do ladino-amefricanos. No trecho da música “*Periferia É Periferia*” é falado sobre “o sistema manipula sem ninguém saber, a lavagem cerebral te fez esquecer, mais fácil se entregar, se omitir, nas ruas áridas da selva, eu já vi lágrimas demais, o bastante para um filme de guerra” (PERIFERIA é periferia, 1997). De fato, a nação brasileira está dividida em dois lados: um lado é das pessoas brancas, que afirmam serem descendentes dos portugueses, alemães, espanhóis, e por isso defendem o lugar de privilégio, pautado nas características biológicas. O outro lado, estão os negros, sendo marginalizadas, por serem descendentes do escravizados, dos negros fugido, da nega maluca, da mulata, macumbeira, feiticeira, cozinheira, etc. (GONZALEZ, 1982)

Por estas dicotomias de posições sociais, muitos negros preferem negar sua descendência assimilando seus traços físicos aos brancos. O que a autora Lélia Gonzalez chamou de ‘*denegação do negro*’, inspirada pela teoria freudiana sobre *verneinung* (denegação) (GONZALEZ, 2021). *Verneinung* é associado pela autora como “parte do processo pelo qual o indivíduo, embora formulando um de seus desejos, pensamentos ou sentimentos, até aí recalcado, continua a defender-se dele, negando que lhe pertença” (GONZALEZ, 2021, p. 115). O que neste caso a autora critica este sentimento por ser deixado pela herança colonial, é que faz o negro se auto-negar por ser negro, que desconheça sua cultura, ancestralidade e antepassados (GONZALEZ, 2021). Essa denegação, para a autora, também alimenta o racismo de negro para negro, justamente por essa negação que também atinge os ladinos-amefricanos (GONZALEZ, 2021). O racismo por denegação é sofisticado, alicerçado nas ideologias do branco, superior, de origem europeia. O que também alimenta branqueamento e o mito da superioridade branca, impondo o desejo de embranquecer, ou seja, se “limpar do sangue negro, africano ou afrodiaspórico”. (GONZALEZ, 2021; GONZALEZ, 2019)

Com estes elementos, Lélia refuta o mito da democracia racial no Brasil, um mito de dominação que impede a consciência da existência do racismo e o conhecimento de suas práticas na sociedade. Este mito se baseia historicamente na miscigenação, que segundo Lélia, é resultado de estupro, de manipulação sexual das

escravizadas, deste processo nasce o grande contingente de brasileiros mestiços (GONZALEZ, 2021). Por isso existem os preconceitos e os mitos relativos à mulher negra: de que ela é “mulher fácil”, de que é “boa de cama”, etc.” Para a autora, a denegação operacionaliza nas sociedades de origem latina, sendo o racismo disfarçado e por isso chamado de racismo por denegação. (GONZALEZ, 1988; GONZALEZ, 2018; GONZALEZ, 2021)

Partindo deste ponto, ela propõe, por exemplo, que a América Latina, é, na verdade, muito mais ameríndia e amefricana do que outra coisa, que o nome dado a esse vasto continente apresenta-se como o melhor exemplo de racismo por denegação (GONZALEZ, 2021, p. 118). Mesmo nos países de colonização luso-espanhola, onde as pouquíssimas, com exceções da Nicarágua e o seu Estatuto de Autonomia de *las Regiones de la Costa Atlântica*, que confirmam serem regra (GONZALEZ, 2021). Pautando assim como necessário o ser importante voltar os nossos olhares para a formação histórica dos países ibéricos, para construirmos reflexões que nos permitam compreender como esse tipo específico de racismo pode se desenvolver para se constituir numa forma mais eficaz de alienação dos discriminados do que a anterior, pois:

(...) as sociedades ibéricas se estruturam a partir de um modelo rigidamente hierárquico, onde tudo e todos tinham seu lugar determinado (até mesmo o tipo de tratamento nominal obedecia às regras impostas pela legislação hierárquica). Enquanto grupos étnicos diferentes e dominados, mouros e judeus eram sujeitos a violento controle social e político. As sociedades que constituíram a chamada América Latina, foram as herdeiras históricas das ideologias de classificação social (racial e sexual) e das técnicas jurídico-administrativas das metrópoles ibéricas. (GONZALEZ, 2021, p. 119)

Ou seja, de forma racial foram estratificadas formas abertas de segregação, já que as hierarquias garantem a superioridade dos brancos enquanto grupo dominante. Que começou através com as estruturas ibéricas regidas pelas legislações hierárquicas, pondo o lugar dos negros enquanto uma raça inferior. Por exemplo, a expressão do humorista Millôr Fernandes, ao afirmar que “não existe racismo no Brasil porque o negro conhece o seu lugar”, sintetiza o que a autora expôs (GONZALEZ, 2021, p.117). Dessa forma, mesmo, a afirmação de que todos são iguais perante a lei assumindo caráter formalista nas sociedades. “O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos



subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento”. (GONZALEZ, 2021, p. 119)

Parafraseando a música dos Racionais MC's *“aqui a visão já não é tão bela...Não existe outro lugar...Periferia é periferia... Muita pobreza, estoura a violência... Nossa raça está morrendo mais cedo...Não me diga que está tudo bem”*... (PERIFERIA é periferia, 1997). Nessa estrutura racista, o mito da superioridade branca possui sua eficácia através dos efeitos de estilhaçamento ou fragmentação da identidade racial que ele produz, ou seja, o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue”, como se diz no Brasil) é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura, além de cegar muitos negros sobre a verdadeira condição sociais que se encontram, impossibilitando criações das políticas públicas e formas de igualdades sociais (GONZALEZ, 2021).

Conseqüentemente, a negação do racismo, do negro enquanto ladino-amefricano e a considerado mito da existência da supremacia da branquitude estão ligados, pois são práticas incrustadas na sociedade. Na obra *“devir do negro”* de Achille Mbembe (2018), por exemplo, o autor explica que o devir negro está relacionado com a posição social e de como a sociedade vê o negro, o que representa um confronto entre o que o negro é e como a sociedade o considera (MBEMBE, 2018). Já que a modernidade deixou como legado para os negros o lugar mais desumano, como era duração a colonização, porém permanece dando continuidade a uma forma de trato vil, sujo, imoral e violento da população negra que esparramou para o resto da humanidade – “a exceção” se torna a regra. Cada vez mais, todos passam a ser tratados como negros” (MBEMBE, 2018, p. 21). Conforme pautado na música *“Diário de um detento”* (1997), com co-relação ao conceito trabalhado por Lélia sobre o reconhecimento e aceitação da genética africana e indígena que compõem a América Latina. (GONZALEZ, 2021)

O devir do negro, nessa música, está em consonância com a linguagem de representatividade, voltada ao negro periférico como sujeito estético e, ao mesmo tempo, como sujeito encarcerado. Em que das prisões ideológicas racistas, esse sujeito elabora um olhar descritivo e normativo do Brasil, como descrito pelos autores, Queiroz & Cavalcante (2022):

O cárcere é seu púlpito teórico e espiritual diante do inferno do real. Na canção, o cadáver, testemunha de seu próprio assassinato individual e coletivo, oferece um relato cru e objetivo da política de esmagamento

do Estado, em que a escassez neoliberal passa longe das táticas de extermínio. Não há austeridade para a morte. Ao descrever, evidenciam a norma operante do porvir. (QUEIROZ; CAVALCANTE, 2022, p. 3)

A música aponta denúncias contra a falta de direitos humanos para os pretos e pobres das periferias, sendo este sistema ordenado pelo Estado democrático (RACIONAIS, 2018; QUEIROZ; CAVALCANTE, 2022). Enquanto, as cadeias e as chacinas continuam recriando formas de descartabilidade dos corpos negros, pobres e periféricos, que geralmente acontecem dentro e fora do sistema carcerário (QUEIROZ; CAVALCANTE, 2022). Na obra *“Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro”* (2019), a autora Ana Flauzina denuncia que a violência em confrontos policiais nas periferias, com balas perdidas de fuzis, caveirões e granadas. Sendo necessária supressão das vozes dissonantes, particularmente do elemento mais anti-sistêmico da ordem social, o preso, leia-se, o favelado emparedado, acontecendo no enredo da “democracia genocida”. (FLAUZINA, 2019)

Enquanto na obra *“As fronteiras raciais do genocídio”* (2014), a autora critica o Estado, pois, a brutalidade das agências punitivas é condicionada pela dinâmica racial, mesmo quando os implicados são brancos. “O sistema penal é violento porque é racista, e se as consequências mais perversas desse casamento desastroso são inegavelmente sentidas pela população negra” (FLAUZINA, 2014, p. 120). Estas perspectivas se unem com o sentido trazido no seito formulado por Lélia Gonzalez sobre o negro ladino-amefricano, como também, a reformulação da nomenclatura da America Latina, “ao contrário, é uma América Africana cuja latinidade, por inexistente, teve trocado o T pelo D para, aí, sim, ter o seu nome assumido com todas as letras: América Ladina” (GONZALEZ, 2021, p. 115). Segundo a autora, dessa forma rompemos com a neurose brasileira do racismo, pois, nesse contexto, todos os brasileiros pretos, pardos e brancos, são ladino-amefricanos. (GONZALEZ, 1988; GONZALEZ, 2021)

O papel do negro ladino americano é desfazer as artimanhas do racismo acima caracterizado, também é uma forma de negatizar a denegação da raça, realçar o ladino-amefricanidade. Formas consideradas de despatologização do normal, que também é trazido pelas músicas dos Racionais MC's. Território poético que possibilita e compõe uma nova ordem social, servindo de origem para o futuro. Nestas músicas, o corpo negro representa a liberdade absoluta de criatividade democrática sendo a

utopia realizada. (RACIONAIS, 2018; GONZALEZ, 1988; QUEIROZ; CAVALCANTE, 2022).

Partindo destes pressupostos, a autora descreve sobre a *amefricanidade*, como um elemento essencial, pois, se transveste de narrativas positivas e autodefensivas voltadas para os negros e negras, africanos, afrodescendentes, afrodiáspórico, indígenas, os trazidos para o Brasil e os que aqui já estavam (GONZALEZ, 2021). Os trazidos na condição de escravizados que unificados aos povos originários foram os pilares na formação da população brasileira. Além disso, podemos considerar a amefricanidade como uma reestruturação do pensamento de (re)existir em uma sociedade que conserva o racismo como animal de estimação, ela nos direciona a libertação da subalternização social e do pensamento (GONZALEZ, 2021). O que nas perspectivas de Lélia Gonzalez, e seu pensamento sobre as relações raciais no Brasil, ela acaba ressignificando este historicismo de resistências como ato de sobrevivência que esteve presente muito além das fronteiras territoriais e marítimas.

Ou seja, voltar para as lutas, vitórias, culturas, vivências, escrevivências dos negros e negras, isso é um fator sendo libertador e dessa forma o amefricanizar ultrapassa a doméstico até o internacional. Além de ser um pensamento, podemos considerar a amefricanidade como uma porta de reflexão para vermos os invisíveis, estes no Brasil são os descartáveis, os negros e negras, frutos do processo de exploração e herança do colonialismo. Lélia Gonzalez nos ensina a percorrer para lembrar como era a América Ladina através da amefricanidade, categoria político-cultural, voltada para protagonizar a formação histórico-cultural do Brasil. Desde sua ordem geográfica até a composição populacional, mas que infelizmente se afirma enquanto país com inconscientes exclusivamente europeias, brancas. (DU BOIS, 1925; CHAKRABARTY, 2008; GONZALEZ, 2021)

## **Conclusão**

Concluimos que de fato, o Brasil deixado pelos colonos, ou melhor, o Brasil pós-colonização está inserido no sistema de racismo e desigualdades, porém estes dois elementos ou não são aceitos ou são considerados como irrelevantes. Isso nos lembra que o Estado não é sinônimo de justiça, muito pelo contrário, através de necropolíticas contra a população negra ele perpetua as desigualdades, genocídio e

racismo contra essa população. Conseqüentemente, transgredindo o sistema injusto e abrindo espaços na sociedade brasileira contra a continuação do racismo, os raps do grupo Racionais MC's circulam atuando como instrumento de contenção da violência e de produção de lógicas sociais racistas, desiguais e de opressão contra os negros. O cantar-falado, as capas dos discos e os pronunciamentos públicos não recuam e não suavizam, mas antagonizam e articulam o revide dos territórios. A ética-estética dos Racionais MC 's está nos territórios em unidade com o corpo e a mente, as críticas movimentam e enraízam a partir das vivências negras nas periferias. O que estabelece a forma política de realização, ao confrontar e exigir que a democracia constitucional concretize o que estabelece na letra da lei.

Dessa forma, o álbum *Sobrevivendo no inferno* é composto por músicas que representam o corpo negro nos espaços corporais de vida do passado e no presente. Assemelhando-se aos territórios negros, ambientes onde o princípio da liberdade é realizado a partir de um paradigma afrodiaspórico, não circunscrito pelo direito estatal (NASCIMENTO, 2006). Dessa forma, a perspectiva de Lélia Gonzalez, é reconhecer as potências de resistência e sobrevivência no Brasil, em que o racismo é negado e velado. Por isso, as lutas contra o racismo devem ser ressignificadas, a partir da cultura e política produzidas pela amefricanidade, presente além das fronteiras marítimas. Isso é voltar para as lutas, vitórias, culturas, vivências, escrevivências dos negros e negras, isso é um fator sendo libertador ultrapassando as relações domésticas até a relação internacionais. É o que Achille Mbembe considera como sendo o devir do negro, na despatologização do normal, no território poético que possibilita a nova ordem social, servindo de origem do futuro, o corpo é a liberdade, criatividade democrática é o território em que o sublime rejeita o devir negro, é uma utopia realizada.

## Referências

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra-Coleção Feminismo Plurais (Selo Sueli Carneiro), 2020.

ANIEVAS, Alexander; MANCHANDA, Nivi; SHILLIAM, Robbie. *Confronting the global colour line: an introduction*. In: ANIEVAS, Alexander; MANCHANDA, Nivi; SHILLIAM, Robbie. (Org). **Race and racism in international relations: confronting the global colour line**. Nova York: Third Avenue, 2015.

AGUIAR, Márcio Mucedula. “A construção das hierarquias sociais: classe, raça, gênero e etnicidade. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, Mato Grosso, v. 37, n. 22, p. 83-88, 2007.

BEZERRA, Gustavo A. G., SALGADO, Pedro, YAMATO, Roberto V. Escravidão atlântica no século XIX: a construção do “internacional” no mar. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**. Mato Grosso, v. 8, n. 15, p. 424-457, 2018.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BOAS, Franz. **Antropologia cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CALVI, Pedro. Mulheres negras, vereadoras, deputadas e prefeitas: vidas ameaçadas pelo machismo e pelo racismo. **Câmara dos deputados**, Brasília, ano 20, n. 57, dez. 2020. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/mulheres-negras-vereadoras-deputadas-e-prefeitas-vidas-ameacadas-pelo-machismo-e-pelo-racismo> Acesso em: 01 fev. 2023.

CHAKRABARTY, D. **Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference**. Oxford: Princeton University Press, 2008.

DU BOIS, W.E.B. **As almas da gente negra**. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.

DU BOIS, Web. Worlds of Color. **Published Council**. New York: Foreign Affairs, v. 3, n. 3, p. 423-444, 1925.

FREITAS JR, Renato A. **Prisões e quebradas: o campo em evidência**. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. Rio de Janeiro: BRADO, 2019.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. As fronteiras raciais do genocídio. **Direito.UnB - Revista de Direito da Universidade de Brasília**, v. 1, n. 1, p. 119–146, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2001

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2021

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 92, n. 93, p. 69-82, 1988.

GONZALEZ, Lélia. A democracia racial: uma militância. **Arte & Ensaio**, n. 38, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/27925/15208>. Acesso em 25 jul. 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.



GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. *In*: LUZ, Madel T.. (Org.) **O lugar da mulher**: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1982.

GILROY, Paul. **O atlântico negro**: modernidade e dupla consciência. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.

HENDERSON, Errol. Hidden in plain sight: racism in international relations theory. 2013. **Journal Cambridge Review of International Affairs**, Londres, v. 26, feb. 2013. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09557571.2012.710585?needAccess=true&journalCode=ccam20>. Acesso em 01/02/2023

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil 500 anos: territórios brasileiro e povoamento. **Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**, Rio de Janeiro, v.1, n. 2. p. 94, 2018.

LACERDA, João Baptista. Sobre os mestiços no Brasil. **Primeiro Congresso Universal das Raças**, Londres, ano 1911, n. 1, p.12, 26 jul. 1911. Disponível em: [http://moodle.stoa.usp.br/file.php/967/Sobre\\_os\\_mesticos\\_do\\_Brasil.pdf](http://moodle.stoa.usp.br/file.php/967/Sobre_os_mesticos_do_Brasil.pdf). Acesso em: 25 jul. 2023.

LORDE, Audre. **Sister Outsider: Essays and Speeches**. New York: Crossing. 1984.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte. São Paulo: Editora n<sup>a</sup> 1, 2018.

MEHTA, Brinda J. **Diasporic (Dis)locations**: indo-Caribbean Women Writers Negotiate the Kala Pani. Jamaica: Kingston-University of the West Indies, 2009.

NASCIMENTO, Beatriz. Maria Beatriz Nascimento- Pesquisadora, 29 anos. *In*: COSTA, Haroldo (Org). **Fala, Crioulo**: o que é ser negro no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1982.

NASCIMENTO, Beatriz. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. Org: Alex Ratts. Imprensa oficial: São Paulo, 2006.

OMI, Michael, WINANT, Howard. **Racial Formation in the United States**: From the 1960s to the 1990s. New York and London: Routledge, 1994.

PONTE, Carolina Moura. PM confunde guarda-chuva com fuzil e mata garçom no Rio. **Jornal El País**, Espanha, v. 17, 19 sept. 2018. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/19/politica/1537367458\\_048104.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/19/politica/1537367458_048104.html). Acesso em 01 fev. /2023.

QUEIROZ, Marcos, CAVALCANTE, Jordhanna. Rap como teoria social: Racionais Mc 's, criminologia e crítica radical. **Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais- IBCCRIM**, São Paulo, ano 2022, n. 346, 22 ago. 2022. Disponível em: <https://sumarios.org/artigo/rap-como-teoria-social-rationais-mc%E2%80%99s-criminologia-e-cr%C3%ADtica-radical>. Acesso em: 01 fev. 2023.

RACIONAIS MC's. **Sobrevivendo no inferno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RACIONAIS MC 's (es). Diário do detento. *In*: RACIONAIS MC 's (es). **Álbum Sobrevivendo no Inferno (1997)**. Disponível em: [https://music.youtube.com/playlist?list=OLAK5uy\\_nCuXekVx1ic-SzzebMW\\_QYyhbKe-W5Kql](https://music.youtube.com/playlist?list=OLAK5uy_nCuXekVx1ic-SzzebMW_QYyhbKe-W5Kql). Acesso em 28/01/2023

RACIONAIS MC 's (es). Periferia é periferia. *In*: RACIONAIS MC 's (es). **Álbum Sobrevivendo no Inferno (1997)**. Disponível em: [https://music.youtube.com/playlist?list=OLAK5uy\\_nCuXekVx1ic-SzzebMW\\_QYyhbKe-W5Kql](https://music.youtube.com/playlist?list=OLAK5uy_nCuXekVx1ic-SzzebMW_QYyhbKe-W5Kql). Acesso em 28/01/2023

RACIONAIS MC 's (es). A vida é um desafio. *In*: RACIONAIS MC 's (es). **Álbum Nada Como Um Dia Após O Outro Dia (2002)**. Disponível em: [https://music.youtube.com/playlist?list=OLAK5uy\\_nCuXekVx1ic-SzzebMW\\_QYyhbKe-W5Kql](https://music.youtube.com/playlist?list=OLAK5uy_nCuXekVx1ic-SzzebMW_QYyhbKe-W5Kql). Acesso em 28/01/2023

RACIONAIS MC 's (es). Capítulo 4 versículo 3 do álbum Sobrevivendo no Inferno (1997). *In*: RACIONAIS MC 's (es). **Álbum Sobrevivendo no Inferno (1997)**. Disponível em: [https://music.youtube.com/playlist?list=OLAK5uy\\_nCuXekVx1ic-SzzebMW\\_QYyhbKe-W5Kql](https://music.youtube.com/playlist?list=OLAK5uy_nCuXekVx1ic-SzzebMW_QYyhbKe-W5Kql). Acesso em 28/01/2023

RAMOS, Alberto Guerreiro, GARCIA, Evaldo da Silva. **Problemas econômicos e sociais do Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional da Criança, 1949.

RAGHAVAN, Anjana. **Towards corporeal cosmopolitanism: performing decolonial solidarities**. Nova York: Rowman & Littlefield International, 2017.

SANTOS, Karine Cristina dos. **regime internacional de combate à discriminação racial: avanços e limites da questão racial nas relações internacionais institucionalizadas**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 146-166, 2008.

THOMPSON, Debra. Through, against, and beyond the racial state – The transnational stratum of race. **Journal Cambridge Review of International Affairs**, Reino Unido, n. 26, v. 1, p. 133-151, 2015.

WELLE, Deutsche. George Floyd disse mais de 20 vezes que não conseguia respirar, revela transcrição. **Globo Notícias- G1**, São Paulo, 9 jul. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/07/09/george-floyd-disse-mais-de-20-vezes-que-nao-conseguia-respirar-revela-transcricao.ghtml>. Acesso em: 28/01/2023.